

O TRABALHO VISTO PELA ANTROPOLOGIA SOCIAL

José Sergio Leite Lopes*

Introdução: a esfera econômica e o trabalho na Antropologia Social

O trabalho é estudado tradicionalmente pelos antropólogos em suas monografias sobre grupos indígenas, étnicos, camponeses, de pescadores, de artesãos. Nesses estudos, o trabalho, assim como a esfera econômica em geral, aparece de forma embutida no conjunto da vida social destes grupos sociais “tradicionais”, “pré-capitalistas”. Aí se apresentam em geral o dom e a reciprocidade, a negação ou o obscurecimento do interesse econômico, em benefício da lógica da honra ou do capital simbólico. O dom se mostra como fato social total e o princípio do mercado se subordina aos da reciprocidade e da redistribuição. Nesses estudos, o trabalho pode não ser o tema central de interesse, mas aparecer de forma subordinada a outros aspectos com os quais está interrelacionado.

Entre 1950 a 1970, colocou-se para os antropólogos a questão da aplicação ou da crítica e apropriação dos conceitos da chamada teoria econômica (ela própria atravessada por correntes divergentes) construída para explicar a economia capitalista, mas tendo a pretensão de abarcar os princípios econômicos em geral, de todas as sociedades. Deu-se então o debate entre os “substantivistas”, que preconizavam a historicidade dos conceitos e a necessidade de novos instrumentos para a análise econômica das sociedades não capitalistas, e os chamados “formalistas”, que atribuíam aos conceitos da teoria econômica um alcance geral, a serem aplicados nas etnografias. Os substantivistas se localizavam em algumas universidades norte-americanas, influenciados pela obra e pelos discípulos do historiador econômico húngaro Karl Polanyi, mas depois tiveram uma repercussão importante em todo o

campo antropológico¹. Formaram-se ali instrumentos e procedimentos para o estudo das sociedades não capitalistas de grande valia para os estudiosos nas Ciências Sociais, historiadores e inclusive economistas.

Já o trabalho nas sociedades capitalistas foi inicialmente estudado por economistas, sociólogos e historiadores, mas tornou-se progressivamente domínio também dos antropólogos ou de uma parte deles. Isso se deu por intermédio do estudo dos processos de proletarização ou de subordinação de camponeses e de pequenos produtores diretos (com ou sem características étnicas na apresentação de suas identidades sociais) à esfera capitalista.

A Antropologia brasileira, como Antropologia feita em casa, *anthropology at home*, como agora dizem os ingleses desde o final dos anos 1980, e não mais uma antropologia do ultramar (das colônias e ex-colônias), é uma antropologia voltada inicialmente para os grupos indígenas em território brasileiro e em seguida para diferentes grupos, fenômenos e processos sociais que se passam neste território. Ela, cedo – talvez mais cedo que as antropologias “metropolitanas”, devido ao peso das tradições acadêmicas destas últimas – interessou-se pela Antropologia urbana, das sociedades ditas complexas, e também por grupos de trabalhadores industriais.

A Antropologia brasileira se adiantou em relação a tendências que só depois a Antropologia dos países academicamente dominantes seguiria, por uma série de razões históricas, entre as quais a conjuntura específica em que se deu o surgimento da pós-graduação em Antropologia Social no país. Quando do surgimento do primeiro deles, o programa do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1968 (e de outros, logo em seguida), o país encontrava-se sob os efeitos de um regime de ditadura militar, com repercussões na repressão e na censura às atividades universitárias e, em particular, nas Ciências Humanas, na Sociologia e na História (onde havia professores críticos, havia cursos de graduação e movimento estudantil)². A Antropologia Social nascente se organizou como curso de pós-graduação sem equivalente na graduação (portanto, sem a repressão imediata ao movimento estudantil da graduação) e com seu objeto tradicional sobre as sociedades indígenas, então mais afastado dos temas supostamente perigosos para o Estado. A Antropologia Social pôde assim contar com mais tranquilidade relativa para voltar-se para problemas gerais da sociedade brasileira pelas suas “portas dos fundos”, a partir de grupos sociais aparentemente periféricos. Ela pôde também voltar-se para o estudo dos processos de subordinação e proletarização do campesinato, para os “impactos sociais” do capitalismo sobre diferentes grupos sociais, inclusive de trabalhadores industriais, e assim constituir um novo olhar para o trabalho e os trabalhadores de certa forma diferente do constituído pela Sociologia industrial do trabalho, que havia sido formada na USP durante os

1. No Brasil, o livro mais famoso de Polanyi, *A Grande Transformação, as origens de nossa época* (*The Great Transformation; the origins of our times*), que é de 1944, foi traduzido em 1980. Uma coletânea com muitos de seus artigos foi publicada recentemente, intitulada *A Subsistência do Homem e ensaios correlatos* (POLANYI, 2012). (Meu primeiro artigo publicado examinava a obra de Polanyi, cf. Lopes (1971).

2. Para uma análise da história da criação do PPGAS-MN-UFRJ, ver Garcia Júnior (2009).

anos 1960, polo até então dominante nas Ciências Sociais brasileiras. Nesta conjuntura dos anos 1970 e 1980, os cursos de pós-graduação em Antropologia Social puderam atrair para si muitos egressos dos cursos de graduação em Ciências Sociais e tratar de forma original temas até então canalizados pela Sociologia e Ciências Políticas.

Esta nova construção de estudos sobre o trabalho e os trabalhadores que iam se desenvolvendo no exame das relações entre campesinato, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos, nas pesquisas dos cursos de pós-graduação em Antropologia Social, foram se confrontando com a visão prevalecente da questão da “origem rural” da classe operária nos centros industriais brasileiros (em particular da área metropolitana de São Paulo), dando a essa classe especificidades que a distanciariam de suas congêneres nos países centrais, tomados como tipo-ideal e modelo, literatura esta publicada nos anos 1960 e no início dos anos 1970. Havia uma ênfase, na Sociologia do Trabalho da época, na nova sociedade capitalista urbana moderna que se formava, cujo exemplo maior era a cidade de São Paulo, em detrimento da dinâmica de outras regiões do país, e inclusive sobre os processos sociais de formação do próprio proletariado paulista. Tal interpretação sobre o enfraquecimento dos trabalhadores industriais brasileiros que se deveria às características advindas de sua origem rural acabava obscurecendo análises relevantes produzidas por estudos monográficos dos próprios sociólogos paulistas. Esta crítica à tese da origem rural da classe operária como algo que a tornava “arcaica” e “incipiente”, fez-se, a partir dos anos 1970, através do estudo empírico do campesinato, ele próprio, dos trabalhadores rurais, assim como inicialmente de setores vistos como “tradicionais” da indústria e dos seus trabalhadores³.

A alternativa representada por novas pesquisas feitas por antropólogos se fez através da valorização de métodos etnográficos, de observação direta, do trabalho de campo prolongado, do contato respeitoso e duradouro com as populações estudadas, com empatia, com o entendimento de suas representações e concepções do mundo. Os métodos etnográficos utilizados com sucesso nos estudos de Antropologia Social acabaram se estendendo para outras disciplinas e hoje são comuns em estudos de outras Ciências Humanas.

Vou relatar algo sobre o estado da Antropologia Social que se interessa sobre os temas do trabalho a partir de minha própria experiência de pesquisa, que se entrelaça com a de outros colegas próximos, bem como com uma literatura interdisciplinar que é apropriada para esta perspectiva.

A apropriação de uma literatura antropológica e interdisciplinar para o estudo do trabalho

Minha experiência de pesquisa baseou-se na comparação entre dois grupos sociais de trabalhadores do ponto de vista de sua relação com a história e a

3. Ver, em particular, o projeto *Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*, em que uma primeira análise concentrada de diversos grupos sociais interrelacionados é feita e se discute a noção de “situações-tipo” (PALMEIRA, 1977). Ver também a apreciação sobre os efeitos desse projeto em Garcia Júnior (2010).

formação de uma memória coletiva. Eles eram grupos menos comuns nos estudos antropológicos, na medida em que eram operários industriais. Por outro lado, sua posição obscurecida e periférica às áreas industriais centrais do país, além da origem rural recente, os aproximava da órbita da investigação etnográfica. São eles (a) os operários industriais de usinas de açúcar (estudados no Nordeste, em Pernambuco, no início dos anos 1970, e recentemente relacionados a informações secundárias sobre sua atual conformação em escala nacional); (b) os operários e as operárias têxteis, e suas famílias, em uma fábrica e uma vila operária exemplar, representativa das fábricas dos primeiros 70 anos da industrialização brasileira do século XX. Como a apropriação de uma literatura existente vai sendo construída de acordo com os fenômenos e processos empíricos observados, darei algumas características do universo investigado na pesquisa, condicionantes de minha aproximação com a bibliografia. Também mostrarei o entrelaçamento de minha pesquisa com as de colegas próximos que são, ao mesmo tempo, uma bibliografia de alcance mais imediato.

Esses dois grupos estudados sucessivamente e comparados a posteriori apresentam uma relação diferenciada e mesmo polarizada em diferentes concepções de história. Os operários do açúcar apresentam uma concepção de um tempo estrutural cíclico, alternado por administrações sucessivas⁴. Devido à importância das relações constituídas no interior de tais administrações, ocorrem periodicamente migrações por equipes ou cliques no mercado de trabalho das usinas de açúcar: um mestre ou chefe de seção que sai tende a levar seus homens de confiança para o emprego seguinte. Trata-se de uma história masculina, em que a família operária se apresenta como pano de fundo, dependente dos trabalhadores masculinos (pais de família). Tal concepção tem todas as aparências de uma “história fria”, sobretudo se comparada com seus vizinhos de processo agroindustrial, os trabalhadores rurais situados na mesma área de *plantation*. Os operários do açúcar, por serem “industriais”, foram beneficiados pela legislação nacional do trabalho implantada nos anos 1940, durante um período de governo ditatorial (que contribuiu para quebrar a resistência patronal a essas medidas) e, em contraste com os trabalhadores da parte rural da *plantation* (grande maioria excluída desses direitos), eles passaram a ocupar uma posição de superioridade relativa na hierarquia das usinas. Ao contrário, os trabalhadores rurais, *moradores* e depois *trabalhadores de rua*, também conhecidos como *clandestinos*, estudados por colegas mais experientes que eu na equipe originária de pesquisa a que eu pertencia, tiveram acesso aos direitos trabalhistas 20 anos depois dos operários, em pleno período democrático e de forte mobilização social, e que logo depois foram alvo principal, na área canavieira, da repressão por parte da nova ditadura implantada pelos militares em 1964. O processo então desencadeado a partir da inclusão tardia dos trabalhadores rurais aos direitos sociais e da subsequente expulsão dos moradores por parte dos proprietários proporcionou a esses trabalhadores uma comparação entre um passado idealizado, de acesso a concessões ane-

4. (LOPES, 1976).

xas à moradia e a relações personalizadas com alguns patrões, contraposto a um presente de dificuldades maiores. O instrumental cognitivo proporcionado por essa visão do passado, aliado à curta vivência no início dos anos 1960 de um sentimento de libertação, dava a esse grupo social a possibilidade e a vontade de associação reivindicativa mesmo sob condições severas de repressão (PALMEIRA, 2013; SIGAUD, 1980 a e b). Já os operários do açúcar guardavam distância do momento de entrada dos direitos nos anos 1940 sem a mesma mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais 20 anos depois. No período repressivo pós-64, não dispunham dos mesmos instrumentos associativos e resistiam a uma exploração cotidiana do trabalho de forma atomizada.

Já os operários e as operárias têxteis da grande companhia industrial que criou uma cidade no início do século XX (hoje com aproximadamente 300 mil habitantes) apresentavam alta sensibilidade quanto à apropriação singular de acontecimentos externos que traziam consequências sobre a vida social local⁵. A trajetória do campo para a fábrica, comum à grande maioria desses trabalhadores, a grandeza e o carisma patronais, a luta pelo cumprimento dos direitos desde os anos de 1940, as greves dos anos 1950 e início dos 1960 e o movimento contra a opressão aos operários estáveis entre os anos de 1967 até o início dos anos 1980, são todos fatores de elaboração de uma historicidade “quente” (comparável à sensação “térmica social” não dos operários do açúcar, mas à dos trabalhadores rurais canavieiros dos anos 1960 e 1980).

O que havia de disponível na literatura para se tratar de operários industriais de forma antropológica no momento em que essas pesquisas foram feitas? Como a minha pesquisa inicial se deu no interior de um projeto coletivo visando estudar a *plantation* canavieira, partíamos do conhecimento dos estudos de Eric Wolf e Sidney Mintz no Caribe, dentro da tradição da Antropologia Cultural norte-americana. O tema da proletarianização aparecia nos estudos sobre campesinato e sociedades camponesas. Também estava ele presente nas pesquisas de Pierre Bourdieu do início dos anos 1960 sobre o campesinato e os trabalhadores urbanos argelinos. E se encontrava nos capítulos de análise histórica ancorada em material empírico do Livro 1 de *O Capital*, de Karl Marx. Também se dispunha do conhecimento das pesquisas da ponta urbana do *continuum folk*-urbano de estudos da Antropologia e Sociologia “à la Chicago”, como a análise interacionista das instituições totais de Ervin Goffman. E finalmente, dispunha-se do instrumental criado para o estudo de sociedades “tribais” (“simples”, “indígenas” etc.), como as classificações coletivas de Mauss e Durkheim, o pensamento selvagem de Lévi-Strauss, o tempo estrutural de Evans-Pritchard, a serem apropriados para o contexto agroindustrial e fabril pesquisado.

Também se colocava a questão do acesso ao campo, da entrada nos domínios da empresa que incluíam não só a fábrica como também a moradia dos trabalhadores. Quando desta tematização, ao fazer a introdução ao meu trabalho sobre os operários do açúcar, intitulado *O Vapor do Diabo*, em 1975,

5. (LOPES, 1988)

dispunha-se das reflexões de Simone Weil quando de sua experiência operária dos anos 1930 na França, mas ainda não da descrição e da análise de Robert Linhart como *établi* na Citroën de Paris, publicada só em 1978. E eu mal conhecia a experiência de Donald Roy como pesquisador-enquanto-operário, nos anos 1940 em Chicago, orientado de Everett Hugues, que recentemente tem sido revalorizada⁶. Não se tratava, na ocasião, de trabalhar como operário para fazer assim observação participante, mas de simplesmente ter acesso aos trabalhadores com a possibilidade de estabelecer as relações de confiança necessárias para a pesquisa etnográfica.

Assim, em meados dos anos 1970, eu pensava estar entrando em um território inexplorado pela Antropologia, aquele ocupado pelas condições de trabalho e de vida dos operários. De fato, só depois fui buscar antecedentes de um enfoque antropológico em estudiosos universitários ou não universitários sobre as classes trabalhadoras e, inclusive, a dos antropólogos profissionais. Em parte, os operários haviam sido encontrados pelos etnógrafos em algum lugar no meio do *continuum folk*-urbano formulado pelos antropólogos culturais norte-americanos. Foram assim, desde os trabalhadores têxteis indígenas da localidade de Cantel, na Guatemala, estudados por Manning Nash nos anos 1950, até os operários de Yankee City descritos por Lloyd Warner, ou os metalúrgicos de Chicago aos quais se incorporou como nativo e pesquisador não declarado Donald Roy. A proximidade da Antropologia e da Sociologia na tradição da escola de Chicago fizeram antropólogos como Warner e Foote-Whyte transitarem de estudos de temas clássicos da disciplina antropológica (no caso do primeiro) e de comunidades étnicas urbanas (no caso do último) para estudos assemelhados à Sociologia industrial, embora fortemente instrumentalizados pela etnografia. Algumas universidades norte-americanas fundaram, nos anos 1940, institutos de relações humanas associados às indústrias, onde se incluíam projetos de antropologia aplicada, geralmente reformistas ou reformadores, em torno do tema de “relações industriais”. O que não é sem relação com o que era ensinado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a presença de Donald Pierson ao lado de disciplinas de administração e relações industriais. E com a posterior entrada do antropólogo Mario Wagner Vieira da Cunha na primeira direção do Instituto de Economia e Administração da USP e do recrutamento para lá de Juarez Brandão Lopes.

Aqui acho pertinente fazer uma pequena digressão, já que mencionamos a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e suas gerações de sociólogos dos anos 40 e 50 do século XX, para situar a experiência de José Albertino Rodrigues, algo singular à de seus contemporâneos na sociologia paulista. Embora situado nas classificações bibliográficas como pertencente ao mesmo grupo de sociologia do trabalho paulista que produziu seus principais trabalhos nos anos 1960, José Albertino apresenta uma peculiaridade extra-acadêmica que é talvez sua principal obra em sentido amplo: sua contribuição à invenção do

6. Michael Burawoy consagrou a etnografia operária diante da máquina ao visitar o estudo de Roy no final dos anos 1970 e, em 2006, os artigos de Roy foram editados na França por Briand e Chapoulie com um posfácio de Howard S. Becker.

trabalho de assessoria técnica ao sindicalismo de trabalhadores (Albertino foi o diretor-técnico do DIEESE entre 1955 e 1962 e entre 1965 e 1966, além de ter tido influência na instituição nos anos 1970). Pela via desta experiência, esse sociólogo teve uma relação de proximidade e empatia com os trabalhadores realmente existentes que o tornava singular no interior de sua geração⁷.

No caso de outros centros mundiais das Ciências Sociais, como a França e a Inglaterra, à espera pelo retorno para casa da Antropologia (*Anthropology at Home*; coletânea da ASA de 1988), à primeira vista, parecia ser necessária para que os antropólogos se interessassem pelos trabalhadores em suas próprias cidades industriais. Na Inglaterra houve precursores, como o estudo de Firth (1956) sobre família no bairro proletário do East End de Londres, ou as famílias e redes sociais de Elisabeth Bott, que incluíam famílias de trabalhadores. Havia os estudos de comunidade, depois sistematizados por Ronald Frankenberg; de Dennis, Henriques e Slaughter (1969) – que agradecem fortemente à orientação de Meyer Fortes e Max Gluckman – ou de Young; Wilmott (1962). Também os estudos das cidades mineiras no Copperbelt da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) fazem os antropólogos da escola de Manchester, atraídos pelas transformações nos comportamentos tribais nas cidades, encontrarem-se com trabalhadores industriais. Como na fábrica têxtil no interior da Guatemala, os antropólogos também na África se encontravam com pequenas e médias cidades industriais.

É interessante também a trajetória da antropóloga norte-americana Hortence Powdermaker, que circulou com desenvoltura entre as tradições da disciplina acadêmica de seu país e da Grã Bretanha, assim como se moveu entre temas clássicos e heterodoxos. Fez tese, sob orientação de Malinowski, na London School of Economics, em Lesu na Melanésia, indo em seguida estudar relações raciais em Mississipi associada a Edward Sapir, depois etnografar Hollywood, após ter observado o lugar da recepção do cinema no sul dos Estados Unidos, para finalmente estudar os mineiros africanos na Copper Town do Copperbelt na Rodésia do Norte. Tudo isso após um ímpeto de juventude que a levou da graduação universitária em História ao trabalho de ativismo sindical no setor de confecções em seu país.

Mas estas são considerações *a posteriori* de que não dispunha no momento de começar a fazer a segunda pesquisa com operários e operárias têxteis em Pernambuco, na busca por uma espécie de *plantation* estendida à cidade e ao subúrbio nas particularidades das vilas operárias industriais. O que, sim, fui lendo no entremeio das primeiras idas ao campo, ainda no *survey* para o projeto Emprego e Mudança Social no NE, foi o livro de E.P.Thompson, *The Making of the English Working-Class*, publicado em 1963, mas disponível em meados dos anos 1970 pela importação de Penguin Books - editora de livros de bolso, da qual aquela obra entrou no catálogo em 1968 - por livreiros brasileiros. Ali aparecia de forma clara, com base na experiência da revolução industrial inglesa, a hipótese da importância do passado, da memória, da his-

7. Para uma análise desta geração de sociólogos do trabalho, ver Lopes; Pessanha; Ramalho (2012).

tória incorporada, para a possibilidade de criação do novo. Ao contrário de se ver no novo proletário industrial, o criador do movimento operário, Thompson, mostra, através de farta documentação, a importância dos artesãos, trabalhadores a domicílio e trabalhadores rurais destituídos pelas transformações capitalistas como os motores ativos do novo movimento. Seriam estes, que têm um quadro de referência anterior, dado por suas tradições de trabalho e de vida, por sua cultura, os que teriam condições de enfrentar os novos modos de dominação social em gestação. Era algo assemelhado a isto que eu e a colega Rosilene Alvim estávamos encontrando na cidade de Paulista, na Grande Recife: o predomínio da história do grupo operário sobre sua vida presente no relato espontâneo dos trabalhadores entrevistados, a ambiguidade entre as realizações de grandeza patronal que se refletiam nas condições de vida e na experiência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o orgulho da participação em protestos contra a ilegitimidade da dominação patronal.

Ao declarar que: “a experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram” [mas o que nos interessa aqui] “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, E.P.Thompson, no verdadeiro prefácio-manifesto do seu livro *The Making of the English Working-Class*, invertia o senso comum, inclusive acadêmico, ao colocar o protagonismo não no polo moderno da transformação capitalista, a fábrica e seus operários, mas sobre aqueles a quem tais mudanças estavam deslocando e destruindo: os artesãos, trabalhadores rurais e camponeses, os trabalhadores a domicílio. Com isso, ele estava reforçando a recuperação de processos históricos, cuja explicação se juntava ao que estava acontecendo com a expropriação das sociedades camponesas e dos grupos artesanais na contemporaneidade da segunda metade do século XX. Também a microrresistência surda que se passava no interior dos chãos de fábrica — com os operários sendo destituídos constantemente de formas anteriores de produzir e de costumes e cargas de trabalho, o que acarretava o aumento crescente de seu esforço sub-remunerado — era assim valorizada.

Isso de fato tinha a ver com o que havíamos observado na área canavieira do Nordeste, como a memória da figura tradicional do *morador* estava sendo reforçada no momento mesmo em que ela tendia a desaparecer, como aparece na construção retrospectiva de seu tipo-ideal no artigo “Casa e Trabalho”, de Moacir Palmeira, ou na adição aparentemente paradoxal dos antigos costumes personalizados e “paternalistas” da relação tradicional de *morada* com os novos direitos alcançados em 1963 e então já ameaçados, efetuados pelos trabalhadores canavieiros, como analisado por Lygia Sigaud. Ou como a tradição das “artes industriais” ostentadas pelos *artistas* das seções de manutenção das usinas de açúcar forneciam uma linguagem legítima para a reivindicação dos direitos de todos os operários que eu pude perceber no *Vapor do Diabo*. Ou ainda a ambiguidade dos operários têxteis na soma dos aspectos positivos selecionados que tinham as suas relações

com os patrões na cidade industrial dos anos de 1930 e 1940, por um lado, com a grandeza da luta pela aplicação dos novos direitos sociais apropriados pela associatividade operária, por outro, na crítica à situação contemporânea da relação entre empresas e trabalhadores, que encontramos na segunda metade dos anos de 1970, em Paulista, Pernambuco. Por um lado, são ressaltados os aspectos positivos selecionados que tinham as suas relações com os patrões na cidade industrial dos anos de 1930 e 1940. Por outro, também é narrada a grandeza da luta pela aplicação dos novos direitos sociais apropriados pela associatividade operária. De fato, mais do que uma aparente incoerência lógica na soma heterogênea de práticas “tradicionais” e “racionais-modernas”, os trabalhadores operavam na lógica do fluxo contínuo e do tênue limite das apropriações dos usos das concessões e dos direitos. Como formula Thompson (1968) para o contexto diverso dos trabalhadores que vivem o início da Revolução Industrial inglesa:

Minha tese é a de que a consciência dos usos costumeiros era especialmente robusta no século XVIII. De fato, alguns ‘costumes’ foram de invenção recente, e, na verdade, eram reivindicações de novos ‘direitos’. O costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado - e até mesmo o codificado - estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra tradição, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (THOMPSON, 1998).

Assim, apesar de grande parte do operariado têxtil de Paulista guardar a imagem positiva da memória dos tempos em que a personalização patronal era exercida localmente, desde que os direitos sociais se instalaram e se tornaram disponíveis, no pós-guerra de 1945, se disseminou rapidamente a prática da inscrição de reclamações na justiça do trabalho através do sindicato. Apesar de os trabalhadores brasileiros poderem ser vistos sob a aparência de estarem “afogados em leis”, na expressão do historiador John D. French diante do tamanho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as leis servem de instrumento de negociação pelos trabalhadores diante da face autoritária dos costumes do patronato no trato com a mão de obra. A apropriação das novas leis pelos trabalhadores se dá enquadrada pelo seu entendimento das suas relações anteriores com o patronato.

Esse argumento thompsoniano do peso do passado nas disposições presentes dos trabalhadores, da importância de sua experiência, pode vir assim ao encontro do que está pressuposto no processo de atualização de um *habitus* de grupo (ou de uma história incorporada), tal como formulado de forma mais geral por Bourdieu (1963). A hipótese de Thompson se dá na própria origem da Revolução Industrial, o que faz dotar seu argumento de uma generalidade maior que o simples caso, já que está ele presente paradoxalmente no evento associado à modernidade econômica capitalista ela mesma. Argumento semelhante se encontra reeditado no caso da Alemanha, examinado por Moore Jr (1978). O autor mostra que, comparados aos metalúrgicos recém-surgidos no

início do século XX na região do vale do rio Rhur, os mineiros da mesma região, cujas tradições remontavam ao período anterior à Revolução Industrial, possuíam padrões de legitimidade constituídos no passado do processo de trabalho da corporação artesanal em que estavam inseridos, para condenar a intensificação do trabalho no presente. Já aos metalúrgicos reunidos nas novas siderúrgicas da região faltavam tais padrões de legitimidade enraizados no passado para lhes fornecer um instrumental de resistência às suas condições de exploração. Os mineiros do vale do Ruhr obtiveram assim, no início do século XX, um sucesso maior nas lutas e reivindicações. Também o historiador norte-americano William Sewell Jr., que foi aluno de Geertz, reforça essa argumentação ao focalizar o peso que tem o idioma artesanal corporativo dos trabalhadores franceses durante as revoluções de 1830 e 1848, apesar do anátema da grande revolução de 1789 sobre as instituições do antigo regime monárquico. Este também é um caso estratégico para o argumento thompsoniano, à medida que ele pode se verificar mesmo no caso francês, atravessado pela revolução de 1789. Aqui um historiador não francês tem a vantagem de se liberar das divisões entre períodos consagrados em que se especializam os profissionais da História, ao estudar, ao mesmo tempo, o fim do Antigo Regime e o período pós-revolução e assim observar a continuidade do idioma corporativo na constituição de um discurso socialista que passa a se opor ao das novas classes dirigentes. Posteriormente a essas revoluções, o republicano Durkheim vem frisar a necessidade de reforçar o idioma e a prática profissional-corporativo-sindical diante das potencialidades de anomia provocadas pela divisão do trabalho moderna. E se os artesãos e os camponeses são vistos por E.P.Thompson como personagens ativos na Revolução Industrial capitalista com a qual se defrontam entre o fim do século XVIII e o início do XIX, também é nesse mesmo período que se desenrola, na Polinésia, o drama entre os ingleses e os havaianos, em que morre o Capitão Cook. Por meio da explicação dessa morte, Marshall Sahlins mostra, à contracorrente, quão ativas podem ser as vítimas do assim chamado Sistema Mundial Capitalista, acionando suas tradições e seus *habitus* para reapropriarem-se criativamente das trocas oferecidas por seus futuros conquistadores.

Não somente os historiadores sociais e culturais têm contribuído para problematizar a relação aparentemente paradoxal entre trabalho, memória, tradição e transformação social, mas também outros especialistas provenientes de estudos sobre a recepção social da produção literária. Aparece aqui a figura de Richard Hoggart, professor de Literatura Inglesa, que se debruçou sobre os usos populares do letramento (*The uses of literacy*) no final dos anos 1950, através das transformações e repercussões de publicações de massa como revistas de bancas de jornal, sobre o público leitor das classes populares. Para isso, Hoggart fez primeiro uma caracterização do que seria a cultura das classes trabalhadoras inglesas no interior das quais ele viveu na primeira metade do século XX. Dessa forma, ele realizou uma etnografia utilizando-se da observação direta no momento que antecedeu sua escritura do texto. Mas o fez também através da recuperação sistemática de sua memória como crian-

ça e jovem de uma família operária da região industrial de Leeds. Esta etnografia retrospectiva de Hoggart abre espaço para outra forma de observação direta das classes trabalhadoras. Menos a observação direta do pesquisador, acadêmico ou não, que se coloca na pele do trabalhador diante da máquina no interior da fábrica, durante um período de tempo, como Simone Weil, Robert Linhart, Donald Roy ou Michael Burawoy. Mas sim a observação da vida cotidiana e do código interno do grupo diante da vida social tal como o universitário egresso das classes trabalhadoras pode fazer em certas condições de revalorização cognitiva de sua experiência familiar de origem. Diante da avasadora produção do entretenimento de massa dirigido às classes populares, que como que transfere sua baixa qualidade ao que seria a baixa qualidade de recepção do público, o autor pode opor a menos conhecida resistência desse mesmo público, ressaltando suas tradições cotidianas que não são atingidas pela produção da indústria cultural de massa. O consumo oblíquo (isto é, a atitude de não levar a sério tal produção), a apropriação conforme aos seus *habitus*, a existência de uma minoria resistente e resiliente em busca de outro acesso aos bens culturais no interior das classes populares; todos eles são fenômenos que se opõem à produção de massa voltada para o lucro imediato. E foram estes universitários – que tiveram parte de suas carreiras voltadas para o ensino aberto de adultos das classes populares, nas associações educacionais de trabalhadores ou das *open universities* inglesas – os que inspiraram os chamados *cultural studies*, que depois se difundiram no mundo anglo-saxônico e para além dele. E.P. Thompson, Raymond Williams, Richard Hoggart estiveram ligados a essas instituições universitárias de adultos, de formação continuada. E muito de sua formulação acadêmica teve a influência do contato renovado com essa minoria resistente das classes populares inglesas. Alguns dos historiadores culturais, como Roger Chartier, inspiram-se diretamente em Hoggart para desenvolver a noção de apropriação cultural na circulação de ideias entre grupos e classes sociais. E não foi à toa que Bourdieu e Passeron promoveram desde 1970 a tradução para o francês de *The Uses of Literacy* como uma obra inspiradora para as pesquisas que desenvolveram em torno da sociologia da educação e da cultura. Além disso, como ambos se consideravam trãsfigas de classe como Hoggart, apoiaram-se na sinceridade sistemática deste último, usado como método para desenvolver partes de suas próprias teorias (e Bourdieu (2005), ao final da vida, pratica a sinceridade sistemática de Hoggart em seu livro póstumo *Esboço de autoanálise*).

Mas nem só de acadêmicos ingleses envolvidos com as classes populares estavam constituídos os quadros das *open universities*. Havia também a entrada de intelectuais exilados do nazismo como Karl Polanyi e Norbert Elias, que passaram por aqueles postos universitários menos estáveis a caminho de outras vagas. E é com o pensamento aguçado pela experiência de “ovo da serpente”, passada na Alemanha, que Elias vem colocar uma restrição à possível generalização da hipótese de Thompson sobre a força transformadora ancorada nas tradições. Não foi à toa que Elias interessou-se pelo que estava encontrando em

campo o seu aluno John Scotson, na pequena cidade industrial por eles chamada ironicamente de Winston Parva. Ali, uma parcela de trabalhadores, com antiguidade na pequena cidade e na sua vida associativa, começou a estigmatizar, através das fofocas e dos rumores, moradores de novos conjuntos habitacionais, também trabalhadores ingleses, transferidos de Londres no pós-guerra em consequência do bombardeio de suas antigas casas. Sem outras diferenças entre si, étnicas ou de classe, além da antiguidade no lugar, Elias mostra como, em certas circunstâncias, a antiguidade ou a tradição pode dar lugar não à construção de um instrumental de resistência que sirva para a libertação de muitos, do maior número possível, mas, ao contrário, que pode propiciar o fechamento e a aristocratização do pequeno grupo. Uma advertência de Elias ao otimismo implícito nos estudos de comunidade sobre a classe trabalhadora inglesa, em que nunca está ausente a solidariedade de classe. E uma autoadvertência ao otimismo contido nas suas próprias análises evolucionárias do processo de civilização.

De fato, há que se estar atento às especificidades históricas de cada grupo social, de cada trajetória de indivíduos representativos de seus grupos sociais de origem. Há diferenças entre os operários do açúcar e os operários e as operárias têxteis, todos eles de Pernambuco.

Os legados de uma experiência operária em transformação

Voltando à comparação dos dois grupos operários estudados, esboçados mais acima, o caso do grupo dos operários e operárias têxteis de Paulista tem todas as características de formação do que Elias chama, estendendo Weber, de um carisma de grupo. Pois a coesão dos grupos operários, em geral pressuposta no efeito-teoria da consciência de classe possível, de fato é algo a ser construído e demonstrado. É de se perguntar mais frequentemente como alguns desses grupos alcançam uma coesão e um estado de mobilização diante de tantas condições e circunstâncias desfavoráveis. Assim, por exemplo, Maurice Halbwachs considera a classe operária, na sua versão de uma alienação proletária, como uma classe voltada para a matéria e isolada da sociedade. Mas também podemos considerar o próprio laboratório secreto da fábrica como uma microsociedade, com suas hierarquias, divisões e solidariedades. Os operários do açúcar, com suas diferenciações e autotaxiações internas polarizadas pelas categorias de *arte* e de *artista*, características dos operários de manutenção, acabam construindo um código interno que se difunde a todos os trabalhadores da usina, o código da arte, que reforça a coesão operária face aos chefes da hierarquia interna, deslegitimados por não serem produtores diretos da matéria. É como se uma face da dupla verdade do trabalho proposta por Bourdieu – o gosto pelo trabalho bem feito e o orgulho da profissão – pregasse uma peça na outra face, a verdade da exploração do trabalho, deslegitimando-a. Mas, se aos operários do açúcar falta uma historicidade ativa que impulsione sua mobilização para a diminuição daquela exploração, tal não foi ausente da trajetória dos operários

de Paulista⁸. Isso durou até o final dos anos 1970. A partir dos anos 1980, uma série de processos econômicos levaram a uma forte desindustrialização da área, culminando com as políticas neoliberais dos anos 1990.

Enquanto a fábrica têxtil que originou a cidade de Paulista fechou definitivamente suas portas em meados dos anos de 1990, a usina de açúcar na qual estudei continua funcionando bem. É uma das mais sólidas do estado de Pernambuco, sobrevivendo à falência de muitas de suas similares desde o início da década de 1990. No entanto, com os operários e operárias de Paulista, pudemos construir uma relação que tem durado desde 1976 até os dias de hoje, enquanto a comunicação com os operários da usina pouco durou. O território da usina e sua vila operária continuaram sendo o monopólio do poder da empresa. Já a cidade de Paulista havia transbordado da vila operária original, com a perda do monopólio da companhia sobre o território da cidade tendo se consolidado na segunda metade dos anos 1960⁹. Quando lá estivemos pela primeira vez, em 1976, já a maior parte das casas da vila operária havia sido revertida às famílias operárias por força de indenizações trabalhistas, e podíamos visitá-las sem interferência da administração da companhia.

Foi no contexto do processo de desindustrialização – que atingiu desde os anos 1990 a nossa área de pesquisa – que apareceram fortes demandas pela recuperação e sistematização da memória social da cidade por parte de agentes significativos do espaço público local. E a volta dos pesquisadores ao local sobre o qual produziram teses e livros não é despercebida por tais agentes; a própria condição de pesquisador-coletor de dados é vista de forma diferente e transformada em pesquisador testemunha da história, em sistematizador e colaborador na divulgação da história local¹⁰.

Ao desencadear-se a feitura de um documentário sobre a memória dos ex-operários sobre sua trajetória e vida cotidiana no “tempo da companhia”, foram se acumulando materiais visuais, novos personagens e eventos voltados para uma objetivação dessa memória social.

O filme *Tecido Memória* registra assim, através de outra linguagem e com muita pesquisa de imagem, esse novo período de campo após o intervalo de

8. A força da historicidade deste grupo operário fez com que nosso trabalho fosse orientado inicialmente pela interpretação dos relatos e interpretações dos trabalhadores quanto a sua história, ressaltada espontaneamente. Mas os fatos para os quais apontavam tal confluência de memórias individuais e históricas, embora contadas oralmente entre os operários na forma de uma memória subterrânea, para usar o termo de Michael Pollak, também deveriam ter deixado marcas nos registros escritos. Esse corpus de relatos nos orientou subsequentemente na procura de uma documentação que correspondesse às informações e representações contidas na memória dos trabalhadores; em coleções de jornais, de relatórios anuais aos acionistas da companhia publicados na imprensa, em documentos governamentais e em arquivos sindicais, cada fonte de informações tendo que sofrer um processo de interpretação pertinente.

9. A vila operária de Paulista tinha uma grandeza superior às dimensões habituais das fábricas da época, que concentravam grandes números de trabalhadores. Com uma vila de 6 mil casas em 1950 e com uma força de trabalho, quando de seu auge, em torno de 15 mil trabalhadores, a Companhia de Tecidos Paulista era uma das maiores fábricas, em escala internacional. A fábrica de Amoskeag, em Manchester, New Hampshire (EUA), considerada a maior do mundo no setor têxtil, teve um auge de 17 mil trabalhadores em 1915 (segundo a historiadora Tamara Hareven). O fato de a fábrica têxtil utilizar-se igualmente de trabalhadores masculinos e femininos trouxe importantes repercussões na formação de uma comunidade operária mais estável.

10. Já Raymond Firth em 1954, após seu reestudo nos dois anos anteriores da Tikopia, que havia pesquisado em 1928 e 1929, procura refletir sobre os estudos bissincronicos feitos por alguns antropólogos numa sequência espaçada de visitas a um mesmo campo com a finalidade de captar a mudança social. No seu caso de revisita com o antropólogo canadense James Spillius, eles acabaram tendo um papel de mediadores entre o grupo estudado e as autoridades em função de um período de fome e escassez. No nosso caso havia uma fome de reconstituição da memória coletiva do grupo, ameaçada de ser relegada ao silêncio e ao esquecimento.

30 anos, por meio dos instrumentos da Antropologia visual que os colegas especialistas dessa área vinham aperfeiçoando. A etnografia de longa duração pode agora conter um documento construído com a participação explícita dos pesquisados, editados e mostrados publicamente em carne, osso e palavra; um documento a ser apropriado de forma mais favorável pelo próprio grupo retratado e seus descendentes¹¹.

Resta o desafio de constituir um arquivo crescente reunindo e sistematizando materiais recolhidos em pesquisas etnográficas que vão se tornando, com o passar dos anos, um material historiográfico - mas que não foram coletados no sentido de comporem um arquivo público. Essa transformação de dados de pesquisadores individuais ou de projetos coletivos em materiais suscetíveis de uma consulta pública por especialistas ou pelos próprios descendentes dos grupos pesquisados vem se tornando cada vez mais necessária. Se a paixão e o interesse que moviam muitos pesquisadores engajados em empreendimentos de cunho etnográfico e historiográfico sobre o mundo dos trabalhadores tinham por motivações implícitas a vontade de ultrapassar as próprias dificuldades da preservação da experiência de lutas anteriores e sua transmissão de uma geração operária para outra, dadas pelas próprias formas de dominação a que estavam submetidas, tal paixão persiste agora, no momento mesmo em que a própria existência de uma identidade coletiva dos trabalhadores se torna fragmentada e ameaçada de extinção. Já a existência de bens materiais e imateriais, informações e representações coletivas acumuladas em resultados de pesquisas e em arquivos dos próprios trabalhadores estão aí para serem preservados e organizados para uma apresentação pública e para o aprendizado de suas lições e seus legados.

O tema do trabalho hoje na Antropologia Social e sua interdisciplinaridade

Após um período de forte interesse pelo tema do trabalho nas Ciências Sociais, entre 1960 e 1980, segue-se um momento de aparente arrefecimento. Este é o período em que também, em escala internacional, a questão operária havia se tornado como que um tema do passado, em virtude das transformações no mundo do trabalho, com suas automações e a diminuição do contingente de trabalhadores nas unidades fabris. A precarização do trabalho ma-

11. O entusiasmo que pode sentir o antropólogo por sua observação participante, por sua comunhão com os pesquisados, de estar lá; tal entusiasmo talvez possa ser redobrado com uma objetivação participante que, além de analisar, proporcione a devolução ao grupo de instrumentos de emoção e reflexão. Os praticantes de uma etnografia de longa duração com grupos de trabalhadores, como Huw Beynon, Michel Pialoux, Abdelmalek Sayad, Robert Cabannes, William Wilson, entre outros, alcançaram isso com seus escritos. O gosto pelas consequências da prática antropológica de muitos colegas de *métier*, tais como o apoio às populações indígenas e às populações tradicionais, às minorias estigmatizadas, às populações camponesas ameaçadas e aos movimentos que defendem o patrimônio cultural, ambiental, histórico, material e imaterial; algo desse mesmo gosto pode também estar presente na devolução de um artefato que consiga encenar uma palavra coletiva em jogral, mas com os indivíduos aparecendo e se reconhecendo no produto. A satisfação do ofício de poder traduzir a análise feita em estudos anteriores numa linguagem estética de imagem e música capaz também de transmitir a emoção que acompanha a vida desse grupo de trabalhadores, representativo de muitos outros, talvez alcance uma parcela da satisfação profissional daqueles que conseguiram unir, durante alguns anos, seus conhecimentos à construção da assessoria técnica de instituições democráticas de trabalhadores, como foi o caso do sociólogo José Albertino Rodrigues com o DIEESE nos anos 1950 e 1960, ou de Moacir Palmeira e Afranio Garcia Jr., respectivamente com a Contag e a Fetag-RJ nos anos 1970 e 1980, ou ainda de Alfredo Wagner e a Cartografia Social da Amazônia nos anos 2000.

nual e as tensões relacionadas com a universalização do aprendizado escolar faziam deslocar os conflitos sociais para novos espaços além do trabalho.

Mas já nos últimos anos, a atenção aos fenômenos relacionados ao trabalho e ao emprego tem voltado, conforme diferentes ciclos de crises econômicas se produzem em países “periféricos” e nos próprios países centrais do capitalismo contemporâneo, com consequências sociais impossíveis de serem ignoradas pelos diferentes membros do campo do poder. No interior das Ciências Sociais, o interesse das novas gerações de sociólogos e antropólogos da economia, surgidas nos anos 1990 em diante, inicialmente voltado para os múltiplos fenômenos de mercado, mercantilização e financeirização, passa também a direcionar-se para aspectos atinentes ao trabalho. Livros como a *Miséria do Mundo*, coordenado por Pierre Bourdieu, *As Metamorfoses da Questão Social*, de Robert Castel, na França; *Quando o trabalho desaparece: o Mundo dos Novos Pobres Urbanos*, de William Julius Wilson, nos Estados Unidos da América, ou os artigos interrogativos de Huw Beynon sobre o desaparecimento da classe operária na Inglaterra, todos dos anos 1990, já assinalam a nova centralidade desempenhada pelo lugar do trabalho negligenciado nos anos imediatamente anteriores. E o livro de Michel Pialoux e Stéphane Béaud, *O Retorno à Condição Operária*, ou os livros de Abdelmalek Sayad sobre os imigrantes norte-africanos na França, todos do início da década de 2000, reforçam a volta dessa temática, reatando com preocupações despertadas nos anos 1960 e 1970.

Naquele período que tem por epicentro os últimos anos da década de 1960, as problemáticas de formação das classes trabalhadoras tinham forte importância na interseção de diferentes disciplinas, a Antropologia Social, a Sociologia e a História Social, e na introdução da cultura e da especificidade histórica destes processos de formação. No período que se segue ao limiar dos anos 1990, quando o capitalismo se mostra sob aparências revigoradas, de fortes transformações econômicas e sociais, fazendo dispersar as configurações sociais que envolviam os trabalhadores, a reunião de novos estudos sob o recorte do trabalho e seus efeitos sobre a constituição da sociabilidade podem ser interessante para o mapeamento de mudanças e permanências. Tais transformações nos levaram a procurar desconstruir e dessubstanciar categorias tão carregadas de significados como as de “classe trabalhadora” por meio da análise da sua construção social, histórica e intelectual, dando-se importância também à análise dos mediadores associados àquelas classes.

Por sua vez, o próprio obscurecimento das faces públicas dos trabalhadores, por meio de renomeações e reclassificações nas empresas que procuram atingir suas anteriores identidades, pode ser um estímulo adicional para essa reunião de estudos em andamento. De certa forma, o trabalho pode ser visto, assim, de forma mais ampla, desde as fronteiras da informalidade urbana até novas formas de profissionalização de atividades anteriormente vistas como de “lazer”. Toda a diversidade de aspectos de processos sociais envolvendo o trabalho, das transformações do trabalho familiar camponês, artesanal, do mineiro ou do pequeno comércio, até o trabalho industrial entra no campo

de interesse de tal agrupamento temático. As relações entre família e trabalho podem se constituir em outro eixo de reunião de resultados de pesquisa; assim como a relação com o “lazer”, que vai desde o trabalho subsidiário ou a bricolagem e o trabalho doméstico até atividades religiosas, esportivas ou de cultura popular. Ou da relação do trabalho com a relativamente nova temática do meio ambiente, do risco industrial e da saúde do trabalhador. No momento em que a agricultura de agronegócio assume características industriais e em que os membros de um campesinato reconstituído já conheceram a proletarização em todas as regiões do Brasil embora não abandonem o roçado, o cruzamento entre as tradições dos estudos camponeses e dos estudos sobre operários pode ser estimulante. Também as diferentes formas de mercado, que têm sido mais salientadas na retomada recente da Antropologia e da Sociologia Econômica, podem ser vistas de forma relacionada às formas assumidas pelo trabalho no sentido mais amplo. A pertinência desta nova reunião de estudos será tanto maior quanto mais puder acolher uma diversidade temática em torno de aspectos do trabalho embutidas em outras formas de classificação temática da Antropologia Social, nos polos de preocupação de Antropologia urbana, de sociedades camponesas, de movimentos sociais, de memória social, de família e gerações, de cultura popular, de conflitos ambientais, de educação.

Referências bibliográficas

- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da arte do ouro de Juazeiro do Norte. In: RIBEIRO, Berta G. **O artesão tradicional e a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- _____; WERNECK SODRÉ, Nelson **A sedução da cidade: os operários camponeses da fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____; LOPES, José Sergio Leite. Famílias operárias, famílias de operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 14, ano 5, p. 1-17, 1990.
- BEYNON, Huw. **Working for Ford**. Harmondsworth: Penguin, 1985.
- _____; AUSTRIN, Terry. **Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organisation**. Rivers: Oram, 1996.
- BIANCO, Bela Feldman; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: EdUnB, 2003.
- _____. Fazendas e plantações na Mesoamérica e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: UFPE, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris, La Haye: Mouton & Co, 1963.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BURAWOY, Michael. "Revisits. An outline of a theory of reflexive ethnography". **The American Sociological Review**, New York, n. 68. p. 645-679, 2003.

CABANNES, Robert. **Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière**. São Paulo/Paris: Karthala, 2002.

DENNIS, Norman; HENRIQUES, Fernando; SLAUGHTER, Clifford. **Coal is our life: an analysis of a Yorkshire mining community**. London: Tavistock Publications, 1969.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. In: KARADY, Victor (Org.). **Oeuvres**. Paris: Minuit, 1969.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **The established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems**. London: Sage Publications, 1994. [Ed. brasileira: **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000].

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRENCH, John D. **Drowning in laws: labor law and brazilian political culture**. North Carolina: University of North Carolina Press, 2004. [Ed. bras. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001].

FRANKENBERG, Ronald. **Communities in Britain: social life in town and country**. Harmondsworth: Penguin, 1966.

FIRTH, Raymond. "Social organization and social change [1954]", "Some principles of social organization [1955]". In: **Essays in social organization and values**. London: Athlone, 1964. p. 30-87.

FIRTH, Raymond. **Two Studies of Kinship in London**. Athlone Press, 1956

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Objetivando mudanças sociais em grandes plantações nordestinas: para além do cativo de casas-grandes e de senzalas**. Um projeto de pesquisas coletivo historicamente situado. *Paper* apresentado no American Anthropological Association 109th Annual Meeting, New Orleans, 17-20 nov. 2010.

_____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2013.

GOFFMAN, Erving. **Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates**. Harmondsworth: Penguin, 1971.

HALBWACHS, Maurice. Matière et société. **Classes sociales et morphologie**. Paris: Minuit, 1972. p. 58-94.

_____. **La classe ouvrière et les niveaux de vie**. Paris/London/New York: Gordon & Breach, 1970 [1912].

- HAREVEN, Tamara. **Family time & industrial time**. London: Cambridge University Press, 1982.
- HOGGART, Richard. **The uses of literacy**: aspects of workingclass life with special reference to publications and entertainments. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- HUGUES, Everett. **The sociological eye**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.
- LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ UnB, 1988.
- _____. Entrevista com Moacir Palmeira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 435-457, jan./jun 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n39/v19n39a17.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2013.
- _____. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Sobre um debate da antropologia econômica: a economia política de Polanyi. **América Latina**, Rio de Janeiro, n. 3/4, 1971.
- _____; ALVIM, Rosilene e BRANDÃO, Celso. **Tecido memória**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2008. Documentário longa metragem em DVD (70 min).
- _____. et al. **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré 2004. (Coleção Antropologia da Política).
- _____; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 118, p. 115-129, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 2 maio 2013.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **La pensée sauvage**. Paris: Plon, 1962.
- LINHART, Robert. **L'établi**. Paris: Minuit, 1978. [Ed. bras. **Greve na fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980].
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril, 1984.
- MINTZ, Sidney. **Worker in the cane**: a puertorican life history. New Haven: Yale University Press, 1960.
- _____. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2003.
- MOORE JR., Barrington. **Injustice**: the social basis of obedience and rebellion. London: MacMillan, 1979.
- NASH, Manning. Machine age maya: the industrialization of a Guatemalan community. **Memoir**: The American Anthropological Association, Washington, D.C., n. 87, 1958.
- PALMEIRA, Moacir. Morar: a lógica da *plantation* tradicional. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES, 42. **Actes...** Paris. p. 305-315, 1976.

_____. Conflitos de classe sob regime autoritário; o caso do Nordeste. In: LOPES, J. S.; CIOCCARI, Marta. **Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias, conflitos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

_____ et al. Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (projeto de pesquisa). **Anuário Antropológico 1976**.

PIALOUX, Michel. "Avant-propos". In: COROUGE, Christian; PIALOUX, Michel (Orgs.). **Résister à la chaîne**: dialogue entre un ouvrier de Peugeot et un sociologue. Marseille: Agone, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POWDERMAKER, Hortense. **Copper town, changing Africa**: the human situation on the Rhodesian Copperbelt. New York: Harper Colophon/Harper & Row Publishers, 1962.

_____. **Stranger and friend**: the way of an anthropologist. New York: W. W. Norton & Company, 1962.

ROY, Donald; Chapoulie J. M. (Org.). **Un sociologue à l'usine**. Paris: La Découverte, 2006.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial.. In: SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. cap. 13. Conferência apresentada à XVI Reunião Brasileira de Antropologia. Campinas, 27 a 30 de março de 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIGAUD, Lygia. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia, **Anuário Antropológico** – Universidade de Brasília, Brasília, DF, n. 78. 1980a.

_____. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **The making of the english working-class**. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

WARNER, W. Lloyd; LOW, J. O. **The social system of the modern factory**: the strike: a social analysis. New Haven/London: Yale University Press, 1965.

WEIL, Simone. **La condition ouvrière**. Paris: Gallimard, 1951. [Ed. bras. WEIL, Simone. **A condição operária e outros escritos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979].

WILSON, William Julius. **When work disappears**: the world of the new urban poor. New York: Vintage, 1997.

YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter. **Family and kinship in east London**. Harmondsworth: Penguin, 1962.